

## **CARTA POLÍTICA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DOS TERRITÓRIOS EM SANTARÉM-PA**

Nós, representantes de entidades presentes na Reunião Pública pela Reforma Agrária e em Defesa dos Territórios no auditório do STTR de Santarém, no dia 01 de setembro de 2025, reafirmamos nosso compromisso em defesa da Reforma Agrária e da garantia dos Territórios diante das tantas ameaças históricas e atuais que cercam as comunidades rurais. E exigimos que o poder público siga com os deveres legais e constitucionais pela proteção da vida na Amazônia.

A Reforma Agrária em Santarém significa proteção de comunidades agroextrativistas que ocupam tradicionalmente a terra firme e a várzea. Também significa a garantia da agricultura familiar nas comunidades localizadas nos eixos das rodovias e ramais, e que produzem alimentos que abastecem as cidades, sustentam as feiras e chegam às mesas dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas. A Reforma Agrária em todo o Oeste do Pará representa 5 milhões de hectares do Bioma Amazônia, de acordo com a FASE, destinados a projetos de assentamentos federais onde se busca produzir alimentos e proteger a floresta.

Os territórios quilombolas são cruciais para a economia, a preservação da cultura e identidade afro-brasileira, a saúde socioambiental e o reconhecimento de direitos fundamentais, como o acesso à terra. Representam não apenas um espaço físico, mas um ambiente de reprodução social e cultural, fundamental para a garantia de uma sociedade mais justa e sem preconceitos, pilares na preservação de tradições, costumes, práticas culturais e religiosas de matriz africana, que foram determinantes na formação da identidade brasileira. A terra é o espaço onde as comunidades desenvolvem suas relações sociais e onde a ancestralidade e a espiritualidade são vivenciadas e, em Santarém, a luta pela preservação dos territórios se dá frente a projetos de desenvolvimento, como portos do agronegócio, que ameaçam a dinâmica social e ambiental das comunidades. Os territórios quilombolas são vitais para o reconhecimento do direito à terra e à cidadania das comunidades, combatendo preconceitos e promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Lideranças que estão na linha de frente da luta pela reforma agrária, pelos quilombos e unidades de conservação, pela alimentação saudável e pelos territórios protegidos constroem a democracia no seu cotidiano e são constantemente ameaçadas. Nesse cenário, o Estado do Pará segue sendo destaque como o mais violador de direitos fundamentais de defensores e defensoras, especialmente quando defendem seus

territórios e meio ambiente, segundo pesquisa publicada recentemente pela Terra de Direitos e Justiça Global. Contudo, as metodologias de proteção a denunciante de crimes ambientais e fundiários na região Oeste segue sendo revitimizadora desses sujeitos.

As unidades de conservação em Santarém são vitais para a proteção da rica biodiversidade amazônica, a manutenção de serviços ecossistêmicos como a produção de água, a preservação da cultura dos povos tradicionais e o controle do uso sustentável dos recursos naturais, o que contribui para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região. As unidades de conservação garantem que ambientes naturais importantes para a reprodução e sobrevivência de espécies de fauna e flora residentes e migratórias sejam preservados e fornecem serviços essenciais para a população, como a produção e regulação da água e a conservação de recursos naturais. A manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas diretamente contribui para a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais que habitam, cujos conhecimentos ancestrais são fundamentais para a preservação do meio ambiente.

Com os eventos extremos ocorrendo em nossa região, sejam as secas dos rios e as tempestades, as comunidades rurais têm sofrido com a perda da produção, perda de sementes, erosão do solo e aumento do custo de alimentos. As comunidades que já estão cercadas pela monocultura de soja, pelo agrotóxicos, pela pecuária na terra firme e de maneira mais danosa na várzea, vêm seu território pressionado, diminuído e tem a soberania alimentar ameaçada. Os assentamentos ainda assim são exemplos produtivos com suas experiências de resistência e resiliência por meio da diversificação da produção, da realização de festivais comunitários e do desenvolvimento de projetos agroecológicos baseados na valorização do saber local.

Reafirmando a atualidade da Reforma Agrária para os povos da Amazônia, a importância dos Territórios Quilombolas titulados e das Unidades de Conservação protegidas, EXIGIMOS QUE:

1. Os assentamentos coletivos sejam mantidos em sua integralidade, ou seja, com todo território defendido pelas comunidades de maneira autônoma, seja no georreferenciamento, seja no CCDRU;
2. O financiamento climático alcance e priorize os Assentamentos da Reforma Agrária, tanto os coletivos como os convencionais, pois estão vulneráveis a invasões e ao desmatamento por falta de fiscalização;

3. O orçamento do Incra seja ampliado para viabilizar as supervisões ocupacionais e que seja feita nos assentamentos a retirada dos invasores, pois são eles que promovem a especulação das terras, as queimadas e o desmatamento;
4. A destinação de terras públicas tomada como prioridade pelo governo federal sirva para a criação e ampliação de assentamentos ambientalmente diferenciados;
5. A desburocratização pelo Banco da Amazônia do acesso a crédito rural para as famílias agricultoras em áreas de assentamento;
6. Para viabilizar os deslocamentos dos assentados e assentadas, acesso a água e o escoamento da produção sejam realizadas parcerias na promoção de melhoria dos ramais e infraestrutura dos assentamentos, quilombos e unidades de conservação;
7. A posse até outubro de 2025 dos 40 novos servidores na Superintendência do Incra em Santarém;
8. Promovam melhores condições de trabalho aos servidores do Incra;
9. O Incra implemente estrutura para mediação de conflitos fundiários na SR 30;
10. O incra amplie a oferta de cursos e vagas do Pronera nos territórios de Santarém;
11. O Estado crie e implemente mecanismos integrados para proteção das lideranças ameaçadas por defender os territórios;
12. O Iterpa e ao Incra acelerem a demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas em sua totalidade;
13. Sejam dados mais investimentos para políticas de Saúde e Educação no Campo e Quilombola, construídas com a devida consulta e participação dos povos;
14. Os órgãos do sistema de segurança estruturam de maneira integrada as ações de enfrentamento ao crime organizado nos territórios;
15. O Incra conclua a supervisão ocupacional com análise dos imóveis e a atualização de Relação de beneficiários nos assentamentos indicados como prioritários pela Superintendência;
16. Seja feita a retomada do planejamento estratégico da SR do Incra e a conclusão do georreferenciamento dos assentamentos convencionais e ambientalmente diferenciados;
17. O Icmbio estruture de maneira adequada as licenças ambientais para atividades realizadas nas unidades de conservação;
18. Seja garantida a participação das comunidades na identificação das feições dos territórios no Cadastro Ambiental Rural dos Assentamentos a serem inseridos na plataforma adequada;
19. Seja ampliado o quadro de Procuradores, servidores e assessores nos Ministérios Públicos nos municípios do interior da Amazônia;

20. As políticas de segurança e soberania alimentar e nutricional nos assentamentos, quilombos e unidades de conservação sejam ampliadas e fortalecidas.

*Sem Reforma Agrária, Sem territórios e lideranças protegidas, não há vida na Amazônia!*

Santarém-PA, 01 de setembro de 2025

Assinam esta Carta:

STTR de Santarém

CNS Baixo Amazonas

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS

Federações das Associações de Moradores, Comunidades e Entidades do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte - FAMCEE

Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista Lago Grande - FEAGLE

Conselho do PAE Ituqui

Conselho do PAE Aritapera

Guardiões do Bem Viver

Forum dos PAEs de Várzea

Terra de Direitos

FASE Amazônia

Maparajuba

Tapajós de Fato

Grupo de Defesa da Amazônia- GDA

Movimento Tapajós Vivo